TL4628

FRENTE REVOLUCIONARIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

(REVOLUTIONARY FRONT FOR AN INDEPENDENT EAST TIMOR)

FRETILIN

Mensagem de Ano Novo

Lisboa, 1 de Janeiro de 1992

Compatriotas de Timor Leste

Em nome da FRETILIN, e em meu nome pessoal, desejo a todos e a cada um de vós um Ano Novo cheio de venturas e repleto de saúde e energias para mais uma etapa na caminhada irreversível rumo à libertação da nossa amada Pátria.

No raiar deste novo ano, cumpre-me o dever de fazer um balanço do ano que findou, de analisar em retrospectiva o sentido das nossas acções nas várias frentes de luta, e o seu contributo mais ou menos positivo no combate pela autodeterminação e independência do nosso Povo e Nação.

Nesta hora em que me dirijo à nossa Nação combatente, quero, antes de mais, homenagear os nossos mártires e heróis tombados no campo da honra e dignidade ao longo do anos que findou, selando com o seu sangue o compromisso das gerações dos nossos maiores em entregarem aos vindouros uma Pátria liberta.

Que viva para sempre o sonho imortal dos nossos santos, mártires e heróis!

Compatriotas!

Dois acontecimentos de enorme significado, no plano interno, ocorreram em 1991: o cancelamento da programada visita da Delegação Parlamentar Portuguesa a Timor Leste e o massacre de 12 de Novembro, em Santa Cruz.

Como é de todos conhecido, a Direcção da FRETILIN, no exterior, por mim representada, numa conjugação de esforços das várias frentes de luta e no âmbito da coordenação das várias componentes da nossa Resistência Cultural, Política e Armada, apelou, em várias ocasiões, e lugares, no sentido de Portugal responder favoravelmente ao convite da Indonésia para que uma Delegação Parlamentar Portuguesa visitasse Timor Leste. Vários factores levaram-nos a tomar aquela decisão. Todos sabíamos que o convite indonésio tinha surgido no âmbito das conversações entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU. Era um dos nossos objectivos lutar para que a visita permitisse a Portugal e às Nações Unidas tomar o pulso à realidade do Povo Maubere combatente através de contactos que, decerto, haveriam de ocorrer entre os senhores deputados e os representantes do Secretário-Geral da ONU e personalidades timorenses das várias frentes de Luta, no interior de Timor Leste. Estaríamos assim a dar os passos preliminares que haveriam de nos conduzir ao início de um processos político irreversível, que é a inauguração do diálogo entre as partes directamente envolvidas no conflito com vista à criação de condições para o exercício pelo nosso Povo do seu direito à autodeterminação.

Para a Inodnésia, uma vez reduzida a guerrilha a uma "força gasta" e "sem capacidade de iniciativa no terreno"(citação de dirigentes indonésios), a visita da Delegação Parlamentar Portuguesa fazia parte de uma política de abertura do território ao exterior, encetada em 1989, a fim de exibir perante o mundo os resultados da sua política de desenvolvimento da província - Pembangunan. A Indonésia preten-

dia, com a referida visita, forçar Portugal a aceitar negociar, entre outros, alguns míseros acordos sobre preservação de alguns monumentos portugueses em Timor Leste e a abertura de um Consulado Português em Dili, em suma, encerrar definitivamente o diferendo entre Portugal e a Indonésia sobre a questão de Timor Leste.

Logo no início, quando se falou da referida visita, várias notícias e informações chegadas dos núcleos estudantis timorenses, na Indonésia, bem como de várias outras fontes, em Timor Leste, davam conta de que Indonésia preparava grandes manifestações hostis a Portugal.

Já não é segredo para ninguém que, em Timor Leste, também se preparavam manifestações de boas-vindas para acolher a DPP. No entanto, ainda me interrogo hoje sobre a sua organização e objectivos. Até hoje, ainda não consegui descortinar a verdadeira extensão do referido plano de manifestações, e, a dar fé nos documentos divulgados no exterior provenientes dos vários sectores da resistência em Timor Leste, tratar-se-ía de uma verdadeira "sublevação geral". As informações apontavam para que estas manifestações iriam ser grandiosas e envolveriam populações de todos os graus etários.

Nos meses que antecederam a malograda visita, tivemos notícias de que a Indonésia estava a treinar elementos para se infiltrarem nas manifestações, segundo um plano de desestabilização interna, no intuito de, entre outros objectivos, fazer gorar a missão da DPP e da ONU.

Neste clima, surgiram vozes a oporem-se à realização da visita com o argumento de que a mesma iria desencadear a "guerra civil" em Timor Leste. Este ponto de vista foi protagonizado pelo Sr. Engº Mário Viegas Carrascalão.

Apesar de tudo, a Direcção da FRETILIN, no exterior, procurou minimizar este cenário apocalíptico apresentado pelo Sr. Engº Mário Carrascalão, encorajando sempre o Estado Português a não desistir da referida visita, mas apelando para que a Missão Preparatória, que entretanto se tinha deslocado a Timor Leste, criasse todas as condições, no campo logístico, para que o encontro dos senhores deputados e as diversas personalidades timorenses das várias frentes da resistência, em Timor Leste, fosse exitosa em todos os domínios.

Em retrospectiva, o cancelamento da visita programada para o dia 4 de Novembro passado foi provocado por exigências de última hora apresentadas pela Indonésia e inaceitáveis por Portugal. Aliás a Indonésia, por querer ocultar o protesto civil timorense, quis precaver-se, controlando a comunicação social internacional, através do veto a jornalistas, e quis também reduzir ainda mais a margem de manobra de Portugal que, de concessão em concessão, acabaria por ter de aceitar que os seus deputados desembarcassem em Dili, num avião indonésio. A par destas manobras político-diplomáticas, o exército indonésio não cessava de ensaiar acções de chantagem e ameaças. É neste quadro que se entende a posição da Igreja timorense, na pessoa do seu prestigiado Pastor o bispo D. Ximenes Belo que, ciente das barbaridades e massacres que iriam ser cometidos pela Indonésia, durante e depois da visita, apelou sucessivamente a Portugal, através de gritos lancinantes: "nessas condições, não venham, não venham..." e que marcaram os dias de azáfama das últimas semanas do Outubro passado. Como nota final, registe-se que, nos dois últimos anos de negociações entre a Indonésia e Portugal, perdeu-se tempo demais a discutir, em Portugal, e no seio dos grupos de apoio a Timor, os prós e os contras da visita da DPP, e, não se levou a sério a vontade política por nós demonstrada de que a visita deveria ser realizada. Pelo que, se deveriam conjugar esforços com Portugal, a fim de serem negociados, até à

exaustão, todos os aspectos relacionados com as implicações da referida visita, não só para Portugal como fundamentalmente para o Povo de Timor. Na imensidão das vozes discordantes da realização da visita os negociadores portugueses ainda tiveram tempo, apesar de tudo, de salvaguardar as implicações de ordem jurídico-formal da deslocação de uma missão parlamentar portuguesa a Timor, mas nem Portugal nem o SG da ONU tinham previsto mecanismos e cláusulas que, no âmbito dos acordos, impedissem a Indonésia de levar a efeito acções de represália, tais como massacres que, a abertura de valas comuns já indiciava, semanas antes de início da programa visita, e que denunciei pela primeira vez, no dia 18 de Outubro, através da Televisão Portuguesa. Esta foi a principal razão que levou Mons. Belo a temer e a não querer a visita.

Compatriotas!

Todos bem se recordam das inúmeras declarações demagógicas de destacados dirigentes indonésios e seus servidores de que, aniquilada a resistência militar timorense a Indonésia tinha pela frente, a partir de 1989 , a tarefa de desenvolver Timor. Ao longo dos últimos três anos, e, em especial, durante o ano que ora finda, a opinião internacional apercebeu-se a pouco e pouco de que a opressão em Timor não é fruto, exclusivamente, de um regime anti-democrático e ditador, portanto, violador dos direitos humanos fundamentais.

A opressão em Timor advém do sistema colonial indonésio para quem a política de promoção social e cultural dos timorenses obedece à estratégia de enfraquecimento e esvaziamento da resistência armada e cultural. Por isso, nos últimos anos,debilitada a guerrilha, não só a Indonésia abandonou progressivamente a sua acção psico-social junto das populações, como, mais grave ainda, submeteu as populações cativas, a viver em autênticos campos

de concentração, marginalizou a população activa timorense a favor dos transmigrados indonésios, e lançou no desemprego, centenas dos nossos jovens habilitados com diplomas, mas sem postos de trabalho.

É neste caos social que a Igreja em Timor se assumiu e se assume como um factor de coesão social, de protecção e conforto moral, e de força viva e protagonizadora da afirmação de identidade cultural timorense. As críticas e pressões das autoridades indonésias sobre a Igreja timorense, pelo papel que esta tem vindo a desempenhar até hoje, deverão levar-nos a aprofundar a nossa postura de contribuir para que a Igreja timorense cumpra integralmente a sua missão profética, pastoral e espiritual e continua a ser o esteio da solidariedade e reconciliação entre todos os timorenses.

Isso não significa que a juventude timorense, criada e desenvolvida nos ideais da independência apregoados pela FRETILIN, e educada nas escolas missionárias devam ser impedida de manifestar livre e responsavelmente os anseios e aspirações do nosso Povo. As manifestações dos nossos jovens em Tasi Tolu, no final da missa celebrada por Sua Santidade o Papa João Paulo II, durante a sua curta visita ao nosso País, assim como a romagem espiritual ao Cemitério de Santa Cruz, em 12 de Novembro, constituem dois marcos importantes do protagonismo da nossa juventude na etapa actual da luta, e da presença permanente da Igreja timorense em todos os aspectos da vida nacional.

Compatriotas!

Cancelada a visita planeada para ter lugar em Novembro do ano acabado de findar, o balanço é notoriamente deficitário para os objectivos e metas inicialmente traçados. O encontro dos líderes timorenses, no solo pátrio, com os srs.

deputados portugueses e representantes da ONU,-móbil central para a realização da visita - não teve lugar. A estratégia de agitação social ou do clima pré-insurrecional advogado por sectores da resistência, em Timor, não só não actuou, como foi também responsável pela exposição exagerada de vários quadros, militantes e activistas sobre os quais se abateu e se abate hoje a repressão como em 28 de Outubro, 12 de Novembro e posteriormente, não só em Timor Leste como em várias cidades da Indonésia.

Resta daqui extrair as necessárias lições para jamais cairmos na tentação de definir estratégias com base em factos cuja probabilidade de ocorrência depende totalmente de outros/terceiros e não, de nós. Assim como combatermos sem piedade todos os aventureirismos e outros comportamentos irresponsáveis que têm surgido e sido veiculados para a frente clandestina, a partir do exterior, como eco de que "um quadro da resistência clandestina publicamente conhecido no estrangeiro, pelas organizações de apoio ou dos direitos humanos, fica, por isso, mais protegido do que os outros...".

A distância que me separa do País distante não permite ter uma visão, tanto mais aproximada quanto possível, da verdadeira extensão da repressão abatida sobre o nosso Povo, dos estragos causados nas várias estruturas da nossa Frente Nacionalista, e dos esforços da reconstituição dos vários núcleos nacionalistas.

Compatriotas!

Apesar do balanço deficitário, porquanto é feito em termos exclusivamente sectoriais - visita da DPP não realizada e

implicações daí resultantes, como o assassinato de Sebastião Rangel, em 28 de Outubro, e o massacre de 12 de Novembro -, e a destruição de um significativo corpo de Frente Clandestina, cumpre-me afirmar sem quaisquer equívocos de que, em termos globais, a nossa questão foi projectada para a arena internacional como jamais acontecera. As várias reacções internacionais de governos, resoluções de Fora e Organismos Internacionais vários, manifestações de solidariedade em todo o mundo e a condenação da política colonial expansionista da Indonésia em Timor Leste, tudo isso reforçado por um sério interesse dos órgãos de comunicação internacional que elaboraram artigos e reportagens sobre Timor, veio definitivamente chamar a atenção mundial para a urgente necessidade de se encontrar uma solução para o nosso caso.

O Estado Português compromete-se a lutar pela autodeterminação do nosso Povo. Tive a oportunidade de ser recebido por Sua Exa. o Senhor Presidente da República Portuguesa, Dr. Mário Soares, em 24 Outubro, que me garantiu o seu empenho pessoal e do Estado Português, em lutar para que o nosso Povo possa ser livre e independente. Em 29 de Outubro e 28 de Novembro, fui recebido por Sua Exa. o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, Dr. João de Deus Pinheiro. Em ambos os encontros, sendo no segundo acompanhado do Dr. Ramos Horta, analisei, com Sua Exa. o Senhor Ministro, as várias direcções de trabalho diplomático, inseridas num plano de sensibilização da opinião internacional, pressão sobre o governo de Soharto, e de busca de apoio para uma solução negociada do conflito, a partir de uma base inicial de diálogo político entre todas as partes interessadas.

Neste sentido, a proposta de solução por mim apresentada, ou Plano de Paz/Abilio Araújo, de 08 de Outubro de 1991, está a ser considerado em vários círculos políticos e da

Igreja, como um conjunto de propostas sérias para o início do diálogo político urgente e necessário. Todo o Plano , que comporta quatro fases, está imbuído de três traves-mestras para uma solução justa, e internacionalmente aceite, que passe pela consulta da autodeterminação do nosso Povo:

1º) A pacificação do território, entendida como a restauração da Paz, Ordem e Tranquilidade social indispensáveis;

2º) Desmilitarização, através da retirada das forças armadas indonésias do território de Timor Leste, desmantelamento das FALINTIL, e desarmamento dos timorenses armados pelo Exército Indonésio;

3º) Reconciliação Nacional, que passa pela inclusão de todas as correntes de opinião timorense no processo negocial, a decorrer entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios da ONU, e com a participação da Igreja timorense (1ª fase) e a representação das mesmas no Conselho de Governo, presidido pelo Alto Comissário Português, que se encarregará de organizar as Eleições, ou Referendum, para a Auto-determinação do Povo Timorense.

Compatriotas!

Neste novo ano que ora se inicia, o meu apelo vai para a Unidade de todos os nacionalistas timorenses nesta frente comum de luta pela Auto-determinação e Independência da nossa Pátria a fim de erigir os alicerces já tão abalados por esta guerra de destruição da nossa grande família timorense, que habita o nosso Timor, de lés a lés e de mar a mar, sem esquecer todos quantos erramos por esta diáspora.

Falo da Unidade da nossa Nação, que queremos construir numa democracia pluralista e responsável praticada pelos seus cidadãos.

Há cerca de 17 anos que lutamos pela nossa Independência.

Em 1974, a FRETILIN chamou todo o Povo de Timor para aderir ao seu programa político em que se definia como uma grande Frente Nacionalista, que reunia no seu seio, todos os timorenses sem discriminação de qualquer género assente no credo religioso, ideologia política, raça, sexo e categoria social. Também, a FRETILIN no seu manual político advertia que, uma vez conquistada a Independência, iríamos ter a oportunidade de ver constituirem-se partidos políticos para dinamizarem a participação democrática dos timorenses, na vida Nacional.

Infelizmente, os outros partidos existentes em Timor Leste, em 1974 e 1975, juntaram-se à Indonésia, e, logo após a invasão, foram dissolvidos pelo Governo de Jakarta. Quanto à FRETILIN a Indonésia buscou, em vão, por todos os meios, eliminá-la como tinha feito com os outros, ao ter conseguido destruir-lhes o seu suporte material - Programa, Estatutos e seus Órgãos.

Há que reconhecer, Compatriotas, que vivemos uma profunda crise do sistema partidário timorense. E não falamos do KOTA, nem do Trabalhista, nem da APODETI.

A UDT arrasta-se numa profunda crise de identidade e de indefinição orgânica que os seus (ex-) Dirigentes só se afirmam pela crítica à FRETILIN, e continuam numa ambiguidade traicoeira quanto ao seus presidente que, para alguns, é o Sr. Lopes da Cruz e, para outros, o Sr. Engº Mário Carrascalão.

Nos últimos tempos, as duas facções da UDT, na Austrália e em Portugal, entraram numa guerra de expulsões e contra-expulsões, buscando ambas o reconhecimento da FRETILIN, da sua condição de direcção legítima da UDT. Por não querer interferir nos assuntos que só dizem respeito à

UDT, o Chefe da DEF viu-se confrontado no meio de dois fogos, como foi a crítica caluniosa e difamatória da UDT/Austrália dirigida ao Chefe da DEF, quando este foi acompanhado pelo Sr. Dr. Paulo Pires (UDT) à audiência com Sua Exa. o Senhor Presidente da República Portuguesa, em Outubro passado.

Mais tarde quando o Chefe da DEF foi recebido, em duas ocasiões diferentes, por Sua Exa. o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiro Português, a FRETILIN foi, de novo, criticada pela UDT/Lisboa, por não ter levado nenhum UDT.

A FRETILIN, ao longo destes 17 anos de luta, manteve-se fiel ao ideário político de uma Frente Nacionalista.

Em virtude de uma conjuntura internacional desfavorável, a opção independência, em 1974, estava como que condenada ao fracasso.

Não fosse a FRETILIN, caríssimos compatriotas, hoje seríamos todos indonésios. Coube o mérito aos nossos heróis e destacados dirigentes de 1975/78, liderados por Nicolau Lobato, garantir a existência da FRETILIN, enfrentando o poderoso exército indonénio, numa conjuntura internacional enormemente desfavorável. Mais: ao mesmo tempo que organizava as populações nas chamadas Bases de Apoio, a FRETILIN dirigia uma Administração, Justiça, Educação, Saúde, Agricultura e Comércio, sem descurar a Defesa, entregue ao Exército da Libertação - FALINTIL.

Quando hoje se critica a Direcção da FRETILIN deste período, esquece-se a sua doação à causa Pátria, renega-se o seu sangue generosamente vertido, procura-se negar um período histórico da FRETILIN e do nosso Povo, sem o qual não germinariam hoje as sementes que aqueles Dirigentes lançaram no nosso Solo, adubado pelo sangue e heroísmo dos nossos Dirigentes.

É verdade que, entre 1975 e 1978, houve erros, abusos de poder, etc., mas, pelo que eu saiba, não foram cometidos pela Direcção da FRETILIN, mas, sim, por Comandantes das FALINTIL, - ex-sargentos e ex-cabos do exército colonial, ou antigos administradores e ex-funcionários destacados da Administração colonial, para quem os primeiros anos da resistência na montanha se transformaram num autêntico inferno, e por isso alimentavam, continuamente, golpes e contra-golpes para levarem a cabo com êxito a sua política capitulacionista face à Indonésia.

Importa dizer, novamente, que por imperativos patrióticos e do seu Programa Político, a FRETILIN sempre buscou a unidade das Forças Nacionalistas. Fê-lo em 1975, ao ter constituído a coligação FRETILIN-UDT.

Voltou a fazê-lo em 1986, quando assinou com a UDT, liderada pelo Sr. Dr. Moisés Amaral, os acordos que levaram ao surgimento da Plataforma de entendimento entre a UDT e a FRETILIN, denominada Convergência Nacionalista.

Compatriotas!

A FRETILIN continua apostada em fortalecer a trincheira nacionalista dos timorenses que é a Convergência Nacionalista, como Plataforma de entendimento baseada nos seguintes acordos:

Rejeição da ocupação indonésia e consequente defesa do direito a Auto-determinação e Independência do Povo de Timor, e reconhecimento de Portugal como Potência Administrante;

Respeito mútuo pelas opções políticas, ideológicas e doutrinárias de cada um dos partidos;

Compromisso de instauração, num futuro Timor Leste independente, de um Estado Democrático onde vigore o pluralismo político e um sistema parlamentar.

Embora até hoje seja subscrita unicamente pela FRETILIN e UDT, a CN não esgota a representação dos nacionalistas timorenses, a julgar até pela crise do sistema partidário já abordada. Assim, a fim de não tornar ainda mais deficitário o empenhamento dos nacionalistas timorenses na CN, a FRETILIN vê chegado o momento de alargar a sua cooperação política aos demais sectores e personalidades timorenses, a começar pelos antigos membros da APODETI, cujas práticas têm vindo a demonstrar serem consentâneas com o espírito da CN proposto pela FRETILIN.

Todos bem se recordam de que muitos membros da APODETI foram traídos pela Indonésia, por esta não ter honrado nenhum dos seus compromissos como o de dar a Timor o Estatuto de Região Autónoma, onde a língua portuguesa fosse considerada língua oficial e a religião católica tratada com particular consideração, pelo seu papel histórico-cultural na formação do Povo e Elites timorenses. Os Dirigentes da APODETI assentaram o seu programa na constatação de que Timor Leste tinha uma identidade e especificidade próprias. Por outro lado, era também sabido que, nos círculos íntimos da APODETI, a integração na Indonésia ocultava um outro desejo profundo dos seus Dirigentes e que era a "unificação política" da Ilha de Timor.

Hoje, queremos convidar até junto de nós, estes destacados irmãos e compatriotas a reforçarem as fileiras da Convergência Nacionalista, tanto em Timor Leste como no Exterior. O exemplo de muitos destacados membros da antiga APODETI que, em Timor, corajosamente assumem a mesma bandeira da auto-determinação do nosso Povo, é encorajador. Infelizmente, muitos deles já não estão vivos, como o caso do destacado Dirigente [redacted]. Sr. João Martins, morto pela Indonésia, por envenenamento.

A CN deve continuar a ser uma plataforma, e não, a institucionalização de um partido único resultante da diluição das suas componentes.

É fundamental que a sociedade timorense se exprima livremente, através das suas forças políticas estruturadas e ou personalidades independentes, mas que estejam unidas nas questões centrais, como o Referendum ou Consulta Popular de Auto-determinação, a Independência, a Democracia, o Pluralismo e o Sistema Parlamentar multi-partidário.

As diferentes opiniões dos líderes, ou forças políticas valem pela sua exequibilidade, coerência e carácter inovador e criativo geradores da dinâmica necessária conducentes ao encontrar de soluções capazes de desbloquear impasses que surgem ao longo do processo.

Compratiotas!

Há três grandes protagonistas nesta questão de Timor: Timor,- Portugal e a Indonésia.

Os timorenses assumem os seus erros históricos, resultantes da sua inexperiência e imaturidade. Portugal, depois de um período de incredulidade sobre a vontade de independência do Povo de Timor, assume hoje de forma clara e inequívoca as suas responsabilidades para com Timor, buscando na convergência de acções com as Forças e Respresentantes Timorenses credíveis, uma solução justa, internacionalmente aceite e juridicamente válida.

Resta, portanto, à Indonésia reconhecer as suas responsabilidades nesta tragédia timorense. Feito isto, não há dúvidas, estará aberto o caminho para a cooperação entre os três Povos Soberanos. De momento, não se vislumbra esta situação devido à ditadura de Soharto. Contudo, há sinais de esperança que se traduzem já pelo envolvimento de sectores democráticos da sociedade indonésia que reclamam democracia para a Indonésia e auto-determinação para o Povo de Timor.

Para finalizar, desejo æxprimir-vos os meus votos de que no ano de 92 seja dado o passo decisivo para o diálogo entre Portugal e a Indonésia extensiva aos Timorenses, sob a supervisão da ONU e a participação da Igreja Timorense.

Entretanto, desejo manifestar-vos a determinação da Direcção da FRETILIN em prosseguir o nosso já longo combate nacionalista e patriótico, e pedir-vos para que continueis a manifestar a vossa confiança de que não renunciaremos à luta, por mais que ela se apresente dura e difícil e quantas vezes incompreendida.

A TODOS UM BOM ANO
E LONGA VIDA!

Lisboa, 1 de Janeiro de 1992

Abílio Araújo
Chefe da Deleção Externa
da FRETILIN